

## A VIAGEM ENTRE OS RIOS NO AMAZONAS NO BARCO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS AGENTES AMBIENTAIS VOLUNTÁRIOS.

Kelly Souza.<sup>1</sup>

*“Se estes dois rios fôssemos, Maria,  
Todas as vezes que nos encontramos,  
Que Amazonas de amor não sairia  
De mim, de ti, de nós que nos amamos!...”*  
Quintino Cunha

**Resumo:** Quando iniciamos este artigo propusemos entender sobre uma educação ambiental que começa a transcender os muros das escolas. Neste novo cenário, navegamos para conhecer a educação que está presente nas comunidades as beiras dos rios na Amazônia. Utilizamos como metodologia a pesquisa participante de Brandão (2005), um dos contemporâneos da educação popular que dialoga com Antonio Gramsci e Paulo Freire. A partir desta base epistemológica, pretendemos refletir sobre a educação ambiental redefinida com os agentes ambientais voluntários. Homens e mulheres que vivem ao entorno de parques e dentro das reservas estaduais no estado do Amazonas. Nesta educação ambiental popular, mergulhamos no conhecimento e nas lutas destas pessoas que desejam conservar as riquezas naturais e culturais.

**Palavras-chaves:** educação ambiental, educação popular e agente ambiental voluntário.

### PREPARANDO PARA VIAJAR: a introdução.

Assim como o escritor amazonense descreveu o grande espetáculo da natureza, o encontro entre o Rio Negro e o Rio Solimões, cujas águas não se misturam. Começamos a refletirmos a respeito de uma educação ambiental que dialoga com as pessoas, que está longe de resolver problemas e conflitos. Deixando de lado a transmissão do conhecimento científico. E começamos a conversar sobre o outro conhecimento que explica o seu modo à vida que rege a natureza. Um conhecimento que existe e resiste por milhares de gerações e esta interligada as lendas, os mitos, a história de um povo ou de

---

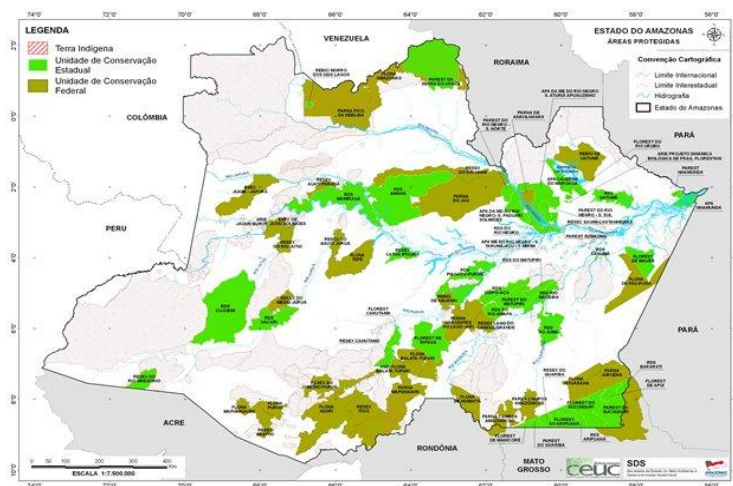
<sup>1</sup> Mestranda em Educação – UFMT [lynacris@hotmail.com](mailto:lynacris@hotmail.com)

um lugar. Este saber é ensinado para nós cablocos e cablocas amazonenses, sobre a história desses rios: Rio Negro e Solimões.

Brandão (2002) descreve que este conhecimento oriundo das comunidades e dos povos é ensinado, repassado e transmitido sem a necessidade da escola propriamente dita. Este conhecimento presente nas comunidades pode ser compreendido como uma educação popular, que acontece em diferentes espaços e grupos. Portanto, conhecermos a base teórica da educação popular a partir de Antônio Gramsci (1982) e Paulo Freire (1979) para compreender as relações da educação popular e a educação ambiental.

Nesta pesquisa utilizamos a pesquisa participante (Brandão, 2002; 2005), pois estamos envolvidos com os nossos sujeitos da pesquisa, os agentes ambientais voluntários. Exercemos o papel como educadores e educadoras ambientais com as comunidades presentes e ao entorno das unidades de conservação estaduais (figura 1). Compreendemos os agentes ambientais voluntários e nós, educadores ambientais como uma comunidade aprendente, pois “estamos sempre, de um modo ou de outro, trabalhando em, convivendo com ou participando de unidades sociais de vida cotidiana onde as pessoas aprendem ensinando e ensinam aprendendo.” (Brandão, 2005, p. 88)

Neste processo de construção da educação ambiental entrelaçada a educação popular, utilizamos como base teórica Antônio Gramsci (1982) onde propõe a formação dos intelectuais que emergiram dos grupos sociais. Paulo Freire (1979) propõe uma educação de acordo com a realidade do educando e do educador.



**Figura 1** Unidades de conservações estaduais. Fonte: CEUC

Durante este artigo estaremos refletindo sobre as experiências do Programa Agente Ambiental Voluntário no Estado do Amazonas<sup>2</sup> no período de 2009-2011. Coordenado pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC vinculado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Estes agentes ambientais voluntários estiveram atuando como importantes atores na educação ambiental em unidades de conservação no estado do Amazonas.

### **VIAJANDO NO PELOS RIOS DO AMAZONAS: a experiência com os agentes ambientais voluntários.**

Viajamos num belo barco, que por hora chamaremos de educação ambiental, vamos navegando pelos rios da Amazônia conhecendo a educação popular. No início de nossas ações de educação ambiental, pretendíamos orientar, formar e capacitar os agentes ambientais voluntários. Neste processo notamos a importância do conhecimento que está presente nessas comunidades (foto 1). O interessante neste processo foi adotarmos como instrumento, a formação de uma pessoa da comunidade. Esta pessoa que seria instituída pela comunidade e em seguida pela equipe técnica do programa, capacitada e credenciada como agente ambiental voluntário. Estávamos tecendo uma educação ambiental alicerçada também na educação popular de Antônio Gramsci (1982).

**Foto 1:** Pescadores na RDS do Uatumã – Amazonas. Fonte Souza, 2009.



---

<sup>2</sup> Programa AAV está regulamentado pela Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM) nº 02/2008

A educação popular como citamos anteriormente é aquela que acontece entre e com os grupos populares. De acordo com Gramsci (1982), descreveu a importância de cada grupo social “criar” o seu intelectual que emerge das classes, onde afirma que:

“Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 1982, p. 3)

Então os pesquisadores e as pesquisadoras em educação ambiental emergem da demanda política. Estes intelectuais com suas pesquisas a partir de seus sujeitos revelam a realidade de mundo em cada microcosmo em cada micromundo. Gramsci (1982) descreveu a importância deste intelectual orgânico de um determinado grupo social ao se organizar sem perder o seu modo de viver, a sua cultura. Por muito tempo, estivemos preocupados em repassar os conhecimentos científicos para estas comunidades. Notamos a cada oficina, que os grupos construíam e ensinavam sobre a sua região de acordo com o seu modo de vida.

Nesta política do programa encontramos um diferencial, a comunidade deveria definir se almejava participar indicando e apoiando o agente ambiental voluntário. Apesar de impasses para a implementação do programa, como por exemplo, a falta do domínio da leitura e da escrita, com certeza foi um dos grandes problemas. Mesmo com estas limitações, nas oficinas encontrávamos o desejo em ajudar a vencer esses impasses. A escolha da pessoa que seria o agente ambiental era fundamental. Cada grupo estava elegendo um intelectual, uma pessoa que estaria orientada e informada sobre as políticas ambientais.

Com isto não bastava à escolha, era preciso conhecer a realidade, Paulo Freire (1979) em suas obras nos ensina que ao contrario de discutirmos precisamos dialogar. Infelizmente, nem todos os momentos podemos dialogar, pois existem problemas que devem ser confrontados.

“... conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”. (FREIRE, 1979, p. 15)

Contudo Paulo Freire (1979) convidou também aos educadores, pesquisadores e intelectuais em educação ambiental, o cuidado de não exercerem “falsamente a função de intelectual na sociedade”. Descobrir as relações e a realidade de um determinado grupo social ou região. Compreendendo as relações da natureza com a cultura de um povo.

Enquanto educadores e educadoras, realizando projetos de educação ambiental são necessários compreender o todo, para não cair nesta falsa aparência. Não podemos deixar de lado as questões políticas, sociais e culturais que está intrinsecamente relacionada com os grupos sociais. Ao plantar uma árvore ou caminhar numa trilha, precisamos refletir sobre a história e a cultura. Nas caminhadas com os agentes ambientais voluntários, nas trilhas do Parque Estadual Sumaúma em Manaus e juntamente com os guias. Sempre existia uma história a respeito das plantas, dos animais e de outros lugares da Amazônia. Esta experiência permitiu a todos e todas, a refletirem sobre uma educação ambiental que está além dos aspectos naturalistas.

Saúve (2005, p. 17) afirma que por muito tempo a corrente naturalista esteve presente nas pesquisas, projetos e programas de educação ambiental. No entanto, a corrente humanista que busca compreender estas relações com a natureza, aos poucos vem ganhando uma maior magnitude nas pesquisas em educação ambiental. Esta corrente humanista foi vivenciada com os agentes ambientais voluntários, que ao participarem das oficinas de capacitação e credenciamento. Reconhecem a importância que conhecerem seus deveres, mas principalmente os seus direitos para a conservação dos recursos naturais. As comunidades que vivem nestas regiões na Amazônia começam a lutar e evidenciar a sua realidade para mundo.

Gramsci e Freire descrevem a necessidade dos grupos sociais buscarem a autonomia sobre a sua maneira de viver. Assim como os povos indígenas têm buscado o conhecimento nas universidades para lutarem pelos direitos e benefícios. O índio como um intelectual que busca a autonomia e liberdade de seu povo. Paulo Freire (1979) adverte não basta ter consciência desta realidade é necessário que haja uma “ação-reflexão”. Portanto, perguntamos a Gramsci e Paulo Freire, em geral os educadores e educadoras ambientais exerceram essa função de intelectual na sociedade onde estão inseridos?

Gramsci (1982, p. 7) afirma que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” Poderíamos então parafrasear? Que todos os homens e mulheres são educadores ambientais são intelectuais, mas nem todos os educadores e pesquisadores desempenham a função de intelectuais na sociedade. Freire (1979) afirma que:

“É atuando que posso transformar meu anteprojeto em projeto; na minha biblioteca tenho um anteprojeto que se faz projeto por meio da práxis e não por meio do blábláblá. Além disso, entre o anteprojeto e o momento da realização ou da concretização, há um tempo que se denomina tempo histórico; é precisamente a história que devemos criar com nossas mãos e que devemos fazer; é o tempo das transformações que devemos realizar; é o tempo do meu compromisso histórico”. (FREIRE, 1979, p. 16).

Acreditamos este ser um grande encontro, pois Freire complementa o pensamento de Gramsci ao esclarecer a função do educador ambiental como um intelectual dentro de seu grupo social. Enquanto, técnicos, educadores, comunitários e extrativistas; temos sonhos. Em nossa trajetória criamos possibilidades para concretização destes sonhos vinculados a escola, a comunidade ou ao movimento social.

Nossos atores foram os agentes ambientais voluntários, homens e mulheres que vivem em reservas ou ao entorno de parques no estado do Amazonas são pessoas indicadas pela comunidade. Diferente de outros modelos de programas, como IBAMA, que têm formam os agentes em suas comunidades. Contribuiu na formação de homens e mulheres que foram indicados por suas comunidades, para conhecerem as leis, as normas e os planos de manejos. A legislação ambiental é um conjunto de leis que poucas pessoas conhecem. Nela segue um conjunto de normas, mas principalmente de direitos e deveres.

Os homens e mulheres, estes seres da natureza, conforme mencionado por Brandão (2002), tornam-se também em intelectuais. Segundo Gramsci, este intelectual ao estar ligado ao seu grupo social, o mesmo interage com outros grupos.

“em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.” (GRAMSCI, 1982, p. 8)

Essa rede de conexões entre os moradores destas unidades de conservação, os administradores, técnicos de instituições governamentais e não governamentais. Enquanto intelectuais estes educadores ambientais começam a transcender a educação ambiental conservadora (Guimarães, 2004), presa a visão naturalista. Precisamos preservar e conservar espaços naturais, mas não podemos desmerecer as pessoas que vivem nestas regiões.

Paulo Freire (1979) nos faz refletir numa educação que acontece com as pessoas e não *para* as pessoas. Durante a oficina com os agentes ambientais voluntários consideramos este conhecimento sobre a história, a cultura e a biodiversidade. Esses saberes foram incorporados nos conteúdos das oficinas de capacitação, credenciamento e atualização.

**Foto 2 :** Mapeando conflitos na RDS Piagaçu Purus. Fonte: Souza, 2009.



A educação ambiental no âmbito do programa foi sendo criada com estes homens e mulheres. Assumimos o compromisso por diversas vezes de não resolver os problemas ambientais. Concordamos com Sato (2001) que a educação ambiental não encontra-las soluções, mas começará a desvendar os impasses e os problemas, os conflitos ambientais que estão longe de serem resolvidos por uma única sociedade.

### **UMA PARADA NO PORTO DESTES RIOS: as primeiras conclusões...**

Navegando por estes rios da educação popular e em nosso barco da educação ambiental refletindo sobre nossas experiências com as comunidades. Resolvemos por um tempo, parar e refletir, sobre a construção epistemológica destes de Gramsci e Freire. Observamos a importância da participação das comunidades em elegeram pessoas que busquem conhecer as políticas ambientais, tornando-as intelectuais. Estes homens e mulheres começaram a entender as relações políticas e as propostas pelos órgãos ambientais.

Neste porto lembramos-nos destas pessoas que buscaram uma educação ambiental, que transpasse os problemas ambientais. A falta de energia, a delimitação errada de um parque ou reserva, a permissão de barcos pesqueiros fora das normas de uso estabelecidos pelas próprias comunidades ou pelo órgão gestor resultam em problemas sociais, ambientais e culturais. Portanto, precisamos reconhecer que a educação ambiental conforme Sato e Passos (2009) deve considerar também o conhecimento popular que continua presente na arte e cultura de um povo. Portanto, precisamos navegar nos rios da Amazônia conhecendo a realidade dessas comunidades e respeitando a sua maneira de viver. Dialogando sobre as políticas ambientais, que infelizmente são impostas sobre as comunidades. Entretanto, em algum momento essas mesmas leis são alteradas como, por exemplo, o código floresta brasileiro. E outras leis que foram criadas para permitir o uso madeireiro exclusivo às comunidades tradicionais.

As políticas, os programas que envolve os grupos populares precisam considerar uma educação ambiental que esteja caminhando lado a lado com a educação popular. O Rio Negro e Solimões, não se misturam. Ao contrário destes rios, a educação ambiental e



a educação popular, podem correr lado a lado. Proporcionemos o encontro destes dois rios: a educação ambiental e a educação popular acontece no envolvimento com os grupos, com os educadores.

Recordamos uma atividade entre os agentes ambientais voluntários e a escola municipal localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã que abrange os municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga. Durante a atividade os próprios agentes estiveram explicando sobre a lei de crimes ambientais e o sistema que criará a reserva. Os alunos e alunas, juntamente com a professora expuseram sobre a importância da reserva com a apresentação de artesanatos locais. Começamos a vivências a prática desta educação ambiental que considerar o conhecimento das comunidades locais.

O espetáculo deste encontro entre estes dois rios resultou na educação ambiental popular. Tornou-se possível devido à pesquisa participante (Brandão, 2005) e com a base teórica de Gramsci (1982) e Paulo Freire (1979). Assumimos, não resolvemos os problemas ambientais, mas transcendemos em desvelar os problemas sociais e ambientais, que afetam diretamente a cultura de nosso povo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Brandão, C.R. A educação como cultura. Campinas. SP. Mercado de Letras. 2002.

Brandão, C.R. Comunidades Aprendentes. In: Ferraro Júnior (Org). Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília. MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 85-91.

Brandão, C.R. Pesquisa Participante. In: Ferraro Júnior (Org). Encontros e caminhos: formação de educadoras (ES) ambientais e coletivos educadores. Brasília. MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 259-266.

Freire, P. Conscientização. Cortez e Moraes. São Paulo. 1979.

Gramsci, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Coleção Perspectivas do Homem. Volume. 48. Serie Filosófica. Tradução, Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. RJ. 1982.

Guimarães, M. Educação Ambiental Crítica. In: Layrargues. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília. MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p. 25-34.

Sato, M. Apaixonadamente Pesquisadora em Educação Ambiental. Educação: Teoria e Prática - vol. 9, nº 16, jan.-jun.-2001 e nº 17, jul-dez - 2001, p. 24-35.

Sato, M. Passos, L. A. ARTE-EDUCAÇÃO-AMBIENTAL. Ambiente & Educação. Vol. 14. 2009. p. 43-59.

Saúve, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: Sato e Carvalho (Org.) Educação ambiental. Artmed. Porto Alegre. 2005. cap. 1. p. 17-45.